

Termelétrica Viana S/A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da
Termelétrica Viana S/A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S/A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Viana S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado (Nota explicativa 3.a)

A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 301.668 mil, referentes a investimentos realizados oriundos do direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. Independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), a Sociedade avalia anualmente o risco de impairment desses ativos, cuja realização está suportada por estimativas de recuperação por meio de comparação do custo do ativo com o valor de mercado, baseadas em informações geradas por seus estudos técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo sobre a realização do negócio, e que estão suportados em premissas, tais como a taxa de câmbio do dólar norte-americano, a taxa de inflação e o valor da capacidade instalada por MegaWatts (MW), a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.

Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperabilidade desse ativo, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre os controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação e discussões com a Sociedade abrangendo o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos elaborados para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo por meio de comparação do custo do ativo imobilizado com o valor de mercado. Adicionalmente avaliamos, a razoabilidade e consistência da análise utilizada comparando-a, quando aplicável, com dados obtidos de fontes externas. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Sociedade, principalmente as relativas à análise de sensibilidade que demonstram o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

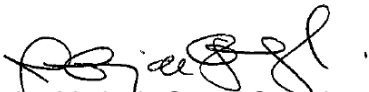


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Termelétrica Viana S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		20	7.312	Fornecedores	12	6.979	45.411
Titulos e Valores Mobiliários	5	31.480	15.132	Debêntures	11	30.364	30.791
Contas a receber de clientes	6	16.084	50.429	Tributos e contribuições sociais a recolher		2.205	4.984
Serviços em curso		2.434	3.818	Obrigações regulatórias	14	6.137	9.447
Tributos a recuperar	7	2.169	4.901	Outros passivos		<u>2.942</u>	<u>1.830</u>
						<u>48.627</u>	<u>92.463</u>
Estoques	8	13.761	9.020	Não circulante			
Despesas antecipadas	9	665	188	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	49.324	41.151
Antecipação		1.266	6.301	Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão Pública		1.267	-
Outros ativos		<u>-</u>	<u>5.180</u>	Debêntures	11	<u>177.732</u>	<u>193.048</u>
		<u>67.879</u>	<u>102.280</u>			<u>228.323</u>	<u>234.199</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	9	549	627	Capital social	15	85.000	85.000
Imobilizado	10	<u>301.668</u>	<u>313.704</u>	Reserva legal		6.149	4.658
		<u>302.217</u>	<u>314.332</u>	Reserva de retenção de lucros		<u>1.997</u>	<u>292</u>
						<u>93.146</u>	<u>89.950</u>
Total do ativo		<u><u>370.096</u></u>	<u><u>416.612</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>370.096</u></u>	<u><u>416.612</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Operações continuadas			
Receita líquida	16	184.330	421.329
Custo sobre serviços prestados	17	<u>(112.936)</u>	<u>(361.546)</u>
Lucro bruto		<u>71.394</u>	<u>59.783</u>
Despesas gerais e administrativas		(5.668)	(4.335)
Honorários dos administradores	19	(359)	(593)
Outras receitas		<u>1.065</u>	<u>1.073</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>66.432</u>	<u>55.928</u>
Resultado financeiro	18	(24.907)	(35.976)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>41.525</u>	<u>19.952</u>
Imposto de renda e contribuição social	13.b	<u>(11.698)</u>	<u>(8.361)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>29.827</u></u>	<u><u>11.591</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	29.827	11.591
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>29.827</u>	<u>11.591</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	85.000	4.078	1.145	-	90.223
Pagamento de dividendos	-	-	(1.145)	-	(1.145)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.591	11.591
Destinação do resultado:					
Constituição de reservas	-	580	292	(872)	-
Dividendos intercalares pagos	-	-	-	(10.719)	(10.719)
	<u>85.000</u>	<u>4.658</u>	<u>292</u>	<u>-</u>	<u>89.950</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>85.000</u>	<u>4.658</u>	<u>292</u>	<u>-</u>	<u>89.950</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(292)	-	(292)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.827	29.827
Destinação do resultado:					
Constituição de reservas	-	1.491	1.997	(3.488)	-
Dividendos intercalares pagos e JCP	-	-	-	(26.339)	(26.339)
	<u>85.000</u>	<u>6.149</u>	<u>1.997</u>	<u>-</u>	<u>93.146</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>85.000</u>	<u>6.149</u>	<u>1.997</u>	<u>-</u>	<u>93.146</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	41.524	19.952
Ajuste		
Depreciação	10.685	10.630
Baixa de ativo imobilizado	4.817	11.086
Despesa de juros sobre debentures	15.430	23.774
Atualização Monetária de debentures	13.548	15.852
	<u>86.004</u>	<u>81.294</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	34.345	36.447
Estoque	(17.512)	(18.173)
Tributos a recuperar	2.732	1.137
Títulos e Valores Mobiliários	(16.348)	44.524
Outros ativos	11.201	(6.123)
Fornecedores	(38.432)	(56.518)
Obrigações regulatórias	(3.310)	2.083
Tributos e contribuições a recolher	5.394	5.108
Outros passivos	2.419	(586)
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>66.493</u>	<u>89.193</u>
Juros pagos	(15.479)	(15.977)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>51.014</u>	<u>73.216</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recuperação de sinistro	1.032	4.000
Sinistro a recuperar	-	4.492
Aquisições de ativo imobilizado	(3.465)	(35.721)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(2.433)</u>	<u>(27.229)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JCP pagos	(26.631)	(11.864)
Amortização de debentures.	(29.242)	(26.857)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(55.873)</u>	<u>(38.721)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.292)</u>	<u>7.265</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>7.312</u>	<u>47</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>20</u>	<u>7.312</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Termelétrica Viana S.A. ("Sociedade ") é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a construção de uma unidade geradora de energia com capacidade instalada de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo combustível de baixo teor de enxofre (OCB1).

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, a Sociedade concretizou a venda de toda sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional, que compraram energia no referido Leilão.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de uma nova linha de conexão na tensão de 345 kV com 1 km de extensão, construída com a finalidade de conectar a Usina à subestação de Furnas, em Viana.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

O controlador da Sociedade é o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusulas 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 24 de fevereiro de 2017.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 *Classificação e mensuração*

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.4.3 *Empréstimos e recebíveis*

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 *Valor justo*

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.7 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.13 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)** - Efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
- **CPC 48 / IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **CPC 47 / IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo deste contrato.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos

2017	30.364
2018	29.622
2019	29.622
2020	29.622
2021	29.622
2022	29.622
2023	29.622
	<hr/>
	208.096
	<hr/> <hr/>

c. *Risco de taxa de juros*

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores*
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- (ii) *Debêntures*
Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.
- (iii) *Instrumentos financeiros derivativos*
A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2016 e 2015.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	2016	2015
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>276.950</u>	<u>326.662</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>93.146</u></u>	<u><u>89.950</u></u>
Índice de alavancagem financeira	2,97	3,6

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

	2016		
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	20		20
Títulos e Valores Mobiliários		31.480	31.480
Clientes	<u>16.084</u>		<u>16.084</u>
	<u><u>16.104</u></u>	<u><u>31.480</u></u>	<u><u>47.584</u></u>
		Empréstimos e outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		6.979	6.979
Debentures		<u>208.096</u>	<u>208.096</u>
		<u><u>215.075</u></u>	<u><u>215.075</u></u>

	2015		
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	7.312		7.312
Títulos e Valores Mobiliários		15.132	15.132
Clientes	50.429		50.429
	57.741	15.132	72.873
Passivos, conforme balanço patrimonial		Empréstimos e outros passivos financeiros	Total
Fornecedores		45.411	45.411
Debentures		223.839	223.839
		269.249	269.249

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2016.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	31.480	10,50% 3.305	14% 4.407	17,50% 5.509
IPCA	Debêntures	208.096	4,71% (9.801)	6,28% (13.068)	7,85% (16.336)

5 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários (*)	<u>31.480</u>	<u>15.132</u>
	<u>31.480</u>	<u>15.132</u>

(*) As aplicações financeiras são mantidas com bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e possuem rentabilidades indexadas ao CDI.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Bandeirantes Energia S.A.	1.526	5.001
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	79	359
CEB Distribuição S.A.	273	738
Celesc Distribuição S/A	222	861
CEMIG Distribuição S.A.	4.976	16.302
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S/A	159	554
Companhia Energética de Pernambuco	351	1.150
Companhia Energética do Ceará S/A	108	548
Companhia Paulista de Força e Luz	1.575	5.127
Companhia Piratininga de Força e Luz S.A.	1.216	3.960
Copel Distribuição S.A.	214	696
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	337	1.104
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	770	2.527
Energisa Matogrosso - Distribuidora de Energia S/A	154	756
Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	243	794
Light Serviços de Eletricidade S.A.	1.718	5.633
Rio Grande Energia S/A	53	173
Outros	<u>2.110</u>	<u>4.143</u>
	<u>16.084</u>	<u>50.429</u>

A variação saldo do contas a receber em 2016, deve-se pela redução da demanda do órgão regulador ONS (Operador Nacional de Serviço) em geração de receita variável, e consequentemente, menor volume no faturamento.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	189	1.197
PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima e O&M	318	2.886
Outros	1.662	817
	2.169	4.901

8 Estoque

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo de estoques da Sociedade é composto em sua maioria de óleo adquirido da BR Distribuidora. Como segue a composição do saldo:

	31/12/2016	31/12/2015
Óleo OCB1	6.353	5.538
Óleo diesel	120	167
Lubrificantes	206	147
Almoxarifado (sobressalentes)	7.082	3.168
	13.761	9.020

9 Despesas antecipadas

Referem-se à contratação de seguro para cobertura de riscos operacionais da planta, veículos e seguro de responsabilidade civil para os executivos da mesma e custos sobre a emissão das debentures.

10 Imobilizado

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 5%, respectivamente.

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.300	20.134	274.797	415	53	-	299.699
Aquisição	-	108	24.507	70	42	10.995	35.721
Transferencia	-	(1.702)	-	-	-	1.702	-
Baixa de bens	-	-	(9.420)	-	-	(1.667)	(11.086)
Depreciação	-	(858)	(9.755)	(21)	(19)	-	(10.653)
(-) Baixa de depreciação	-	-	23	-	-	-	23
Custo Total	4.300	21.916	338.888	531	139	11.030	376.804
Depreciação Acumulada	-	(4.234)	(58.736)	(67)	(63)	-	(63.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.300	17.682	280.152	464	76	11.030	313.704
Aquisição	-	30	172	164	157	2.942	3.465
Transferencia 2015	-	-	(75)	75	-	-	-
Baixa de bens	-	-	(1.963)	-	-	(4.769)	(6.732)
Depreciação	-	(663)	(9.959)	(31)	(31)	-	(10.684)
(-) Baixa de depreciação	-	-	1.915	-	-	-	1.915
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.300	17.049	270.242	672	202	9.203	301.668
Custo total	4.300	21.946	337.022	770	296	9.203	373.537
Depreciação acumulada	-	(4.897)	(66.780)	(98)	(94)	-	(71.869)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	4.300	17.049	270.242	672	202	9.203	301.668

11 Debentures

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	52.129
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	52.129
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	52.129
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	51.709
		2.450		245.000	208.096

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	207.462	634	208.096
Circulante				30.364
Não circulante				177.732

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento

Vencimentos

2018	29.622
2019	29.622
2020	29.622
2021	29.622
2022	29.622
2023	29.622
	177.732

a. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação a conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debentures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2016.

12 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Ipiranga Produtos de Petroleo S/A	-	778
Ecel - Eletron Comercializadora De Ene	285	-
Petrobras Distribuidora S/A	3.139	34.524
Warsila Brasil Ltda	263	5.383
Logimex Comércio Exterior LTDA	275	298
Wartsila Swizerland Ltd	651	632
Tokio Marine	423	-
Sick Solucao Em Sensores Ltda.	546	-
Outros	1.397	3.796
	<u>6.979</u>	<u>45.411</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2016	31/12/2015
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	4.865	5.648
Bases negativas de contribuição social	1.751	2.033
	<u>6.616</u>	<u>7.681</u>
Diferido passivo		
Ajuste decorrente de diferença de taxa de depreciação (fiscal x prazo de autorização)	55.941	48.832
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>55.941</u>	<u>41.151</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.525	19.952
(-) RTT	-	-
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
	<u>14.119</u>	<u>6.784</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	14.119	6.784
Bônus e gratificações	318	366
Doações e patrocínios	19	18
Outras adições e exclusões	(2.758)	1.193
	<u>11.698</u>	<u>8.361</u>

14 Obrigações regulatórias

	31/12/2016	31/12/2015
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	6.100	9.413
Taxa de fiscalização	37	34
	<u>6.137</u>	<u>9.447</u>

15 Patrimônio Líquido

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$ 85.000, representado por 140.318 ações ordinárias nominativas.

O capital foi integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE).

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos e Juros sobre o capital Próprio

Os dividendos e e juros sobre o capital próprio pagos no exercício 2016 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

Reunião do Conselho de Administração	Descrição	Pagamento	Valor
55ª RCA de 28 de março de 2016	Juros sobre o capital próprio	30/05/2016	1.500
56ª RCA de 16 de maio de 2016	Juros sobre o capital próprio	30/05/2016	500
58ª RCA de 31 de julho de 2016	Juros sobre o capital próprio	30/08/2016	1.000
60ª RCA de 30 de setembro de 2016	Juros sobre o capital próprio	25/10/2016	<u>1.500</u>
			<u>4.500</u>
55ª RCA de 28 de março de 2016	Dividendos /2015	30/05/2016	292
56ª RCA de 16 de maio de 2016	Dividendos intercalares	30/05/2016	4.924
58ª RCA de 31 de julho de 2016	Dividendos intercalares	30/08/2016	3.787
59ª RCA de 16 de agosto de 2016	Dividendos intercalares	30/08/2016	2.850
60ª RCA de 30 de setembro de 2016	Dividendos intercalares	25/10/2016	5.416
61ª RCA de 16 de agosto de 2016	Dividendos intercalares	19/12/2016	<u>4.861</u>
			<u>22.130</u>
			<u>26.630</u>

16 Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidade e geração de energia (Receita fixa)	107.919	98.501
Disponibilidade e geração de energia (Receita variável)	88.284	359.105
Alunação valor de fornecimento	(3)	(512)
Outras receitas	8.962	11.901
Impostos sobre serviços	(18.981)	(43.450)
Encargos do consumidor	<u>(1.851)</u>	<u>(4.217)</u>
	<u>184.330</u>	<u>421.329</u>

17 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	7.723	2.894
Materiais (a)	77.997	312.532
Serviços de terceiros	11.055	23.014
Depreciação	10.612	10.412
Compra de energia	3.657	10.653
Outras despesas	<u>1.892</u>	<u>2.041</u>
	<u>112.936</u>	<u>361.546</u>

- (a) Refere-se principalmente ao custo de óleo OCB1 (HFO), 98% do total da conta. Este óleo é utilizado para fazer a combustão dos motores na geração de energia.

18 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Juros de debentures	(15.430)	(23.774)
Atualização Monetária de debentures	(13.548)	(13.548)
Comissão de fiança	(90)	(191)
Outras	(673)	(613)
	(29.741)	(40.430)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	4.645	4.372
Outras	189	83
	4.834	4.454
	(24.907)	(35.976)

19 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2016, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade somaram R\$ 613. No exercício de 2015 o total foi de R\$ 593.

20 Contingências

A Sociedade é parte envolvida em ações no âmbito administrativo - principalmente na esfera ambiental.

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

São constituídas provisões.

As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava causas com previsão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi registrada.

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 314.000 milhões (Obras civis R\$ 40.000, unidades geradoras R\$ 260.000, Transformadores R\$ 10.000 e Matéria Prima R\$ 4.000), para responsabilidade civil dos administradores e diretores R\$ 15 milhões, responsabilidade civil geral R\$ 6.000 milhões, riscos ambientais R\$ 10.000 milhões e o seguro dos veículos R\$ 100 mil.

22 Eventos subsequentes

Em 2016, a companhia solicitou ao órgão regulador, Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a redução do seu capital social no valor de R\$ 10.000, o qual foi aprovado no Despacho nº 468 de 15 de fevereiro de 2017.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles
Contador
CRC/RJ 09.850/o-0